

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS

*REVISTA DE HISTÓRIA
DAS IDEIAS*

VOL. I



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1977

O «TRADICIONALISMO» VINTISTA E O ASTRO DA LUSITANIA

1. Com a segunda metade do século XVIII, acelerou-se o processo de liquidação e substituição do Antigo Regime⁽¹⁾. O sistema cartesiano e o empirismo inglês, nos seus precipitados históricos, fazem carreira precursora das determinantes próximas dessa complexa mutação. Da filosofia de Descartes advêm influências superlativas para a radicalização do pensamento ocidental⁽²⁾, com uma reconstrução dos fundamentos do conhecer em termos racionalistas, uma busca absoluta da verdade e a estatuição da evidência como seu único critério. E na filosofia inglesa, de Francis Bacon a David Hume, com especial relevância para o pensamento doutrinário de Locke⁽³⁾, colhem-se influências como o deísmo, o pragmatismo, a teoria política pré-liberal, que intensamente repercutem no corpo social e político europeu.

A ilustração, ao nível teórico, procede fundamentalmente da intrincada e bivalente problemática do empirismo e do cartesianismo. A sociedade francesa das luzes perscruta atentamente a análise imanentista das instituições económicas, religiosas, filosóficas e políticas, que

(1) Cfr. ALBERT SOBLOU, *La France a la veille de la Révolution — le mouvement des idées dans la seconde moitié du XVIII^e siècle*, Paris, 1965, pp. 16 ss.

(2) A Renascença, «atitude de investigação do natural e humano no próprio plano da natureza e do homem», nas expressivas palavras do Prof. SILVA DIAS, *A política cultural da época de D. João III*, Coimbra, 1969, vol. I, p. 2, prenuncia o racionalismo cartesiano, embora comporte em si potencialidades frustes (cfr. Prof. SILVA DIAS, *Portugal e a cultura europeia*, «Biblos», Coimbra, 1953, pp. 246 ss.; GEORGES GUSDORF, *Introduction aux sciences humaines*, Paris, 1960, pp. 53-72).

(3) Cfr. A. J. CARLYLE, *La libertad politica*, Mexico, 1942, pp. 177-189; PAUL HAZARD, *El pensamiento europeo en el siglo XVIII*, Madrid, 1958, pp. 66 ss. e 377 ss., e *La crise de la conscience européenne, 1680-1715*, Paris, 1961, pp. 221 ss.; HAROLD J. LASKI, *O liberalismo europeu*, São Paulo, 1973, pp. 84 ss.

se desenvolve sob a égide do estado de direito liberal britânico. E essa atitude, associada ao espírito crítico ou dedutivo, ao repúdio de princípios dogmáticos, à constituição em problema de postulados políticos, sociais ou eclesiais até então tidos por inatacáveis, entra num processo mais vasto, de que fazem parte o esforço de desmitização de certas ideias ou coisas e a vontade decidida de instituir a sociedade em novas bases. Tudo isso constitui, no decurso da segunda metade do século XVIII, uma realidade (evidente) que desemboca numa revolução liberal efectiva, de incontível dinamismo, e que por isso alcança liderança europeia. Na expressão de Mornet, «em vésperas da Revolução, há em toda a parte cabeças pensantes ou que, pelo menos, desejam pensar. E é esta uma das razões pelas quais a revolução não foi o golpe de força dum capital levando atrás de si uma nação amedrontada ou passiva, mas sim a aspiração dum país inteiro» (1).

Em cem anos, dos meados do século XVII aos meados do século XVIII, operou-se um avanço enorme da burguesia, não só em termos demográficos, mas em termos de poder económico, social e cultural. E este avanço objectivo projectou-se no plano político, impelindo os burgueses à busca de uma posição, na hierarquia sociopolítica, compatível com a sua real importância na sociedade. O processo de ascensão social, no plano das actividades materiais (que não ainda na esfera juspolítica), desenrolou-se gradativamente, acompanhando a progressão da produção artesanal-industrial e do conexo movimento mercantil. A classe que se encontra ligada a esta textura adquiriu consciência de que desempenhava um papel de maioria frustrada no complexo nacional. E a exigência de liberdade no plano económico desencadeou a ofensiva generalizada contra o aparelho de estado.

Com efeito, «o homem — no dizer de Soboul — reencontra a sua dignidade. A liberdade completa em todos os domínios, tanto o económico como o político, deve estimular a sua actividade» (2). O cidadão assume uma mentalidade utilitarista, dimensiona um certo opti-

(1) DANIEL MORNET, *Les origines intellectuelles de la Révolution Française, 1715-1787*, Paris, 1954, p. 475. Cfr. ALBERT SOBOUL, *La France a la veille de la Révolution — le mouvement des idées dans la seconde moitié du XVIII^e siècle*, Paris, 1965, pp. 132-134.

(2) ALBERT SOBOUL, *La France a la veille de la Révolution — économie et société*, Paris, 1966, p. 2. Cfr. GEORGES LEFEBVRE, *La Révolution Française*, Paris, 1963, pp. 622-633 e 651-652.